



## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

### Ata da 108ª reunião, realizada em 2 de agosto de 2017

1 Em 2 de agosto de 2017, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,  
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e  
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas  
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares,  
8 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Ênio Resende de  
9 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
10 (Seapa); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de  
11 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);  
12 Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de  
13 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais  
14 (Arsae); Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);  
15 Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Tiago Vieira  
16 Lima, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Pedro de Freitas Moreira, da  
17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José  
18 Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).  
19 Representantes do poder público municipal: Eduardo Machado de Faria Tavares,  
20 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura  
21 Municipal de Contagem; Ednard Barbosa de Almeida, da Prefeitura Municipal de  
22 Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São  
23 Francisco); Nilda Marília Figueiredo de Sousa, da Prefeitura Municipal de  
24 Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio  
25 Jequitinhonha e Pardo); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal  
26 de São João do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica  
27 do Leste); Rodrigo Teixeira Bicalho, da Prefeitura Municipal de Viçosa  
28 (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho  
29 Nardy Riolino, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos  
30 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul); Gabriel Augusto  
31 Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante dos municípios da  
32 Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari); Jaqueline Antério de  
33 Moura, da Prefeitura Municipal de Unaí (representante dos municípios da Bacia  
34 Hidrográfica do Rio Paranaíba). Representantes dos usuários de recursos  
35 hídricos: Ana Maria Laque Marinho, da Companhia de Saneamento Municipal de  
36 Juiz de Fora (Cesama); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de  
37 Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento

de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia); Pedro Luís Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da Associação de Proteção Ambiental de Unaí; Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Fernando Alves Carneiro, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 108ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos conselheiros. Em seguida, passou a condução dos trabalhos à presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Leonardo Romano: “Eu queria me dirigir ao secretário e fazer um comentário com relação a essa revisão da DN 74, que é um assunto, em pauta, muito importante. Especificamente, o segmento de aquicultura em tanque-rede, na Resolução Conama 413, há uma previsão, na classificação de porte dos empreendimentos, de empreendimentos até 1.000 m³, que seriam considerados de pequeno porte. A DN 74, na versão atual, considera 500 m³. Então já há uma diferença significativa. Isso nunca foi tema de nosso questionamento, porque tem outros assuntos de maior prioridade, que seriam mais relevantes para discutir com a SEMAD e a SEAPA. Só que agora, para nossa surpresa, causou uma perplexidade a todos nós a proposta de reduzir para 90 m³. Então é um número que ninguém sabe como apareceu. Em São Paulo, Goiás, Paraná, que são os Estados que têm essa atividade mais desenvolvida, trabalham com 1.000 m³. Em Tocantins, onde agora foi liberada a criação de

81 tilápia em tanque-rede, a proposta é de 1.000 m<sup>3</sup>, que é o definido na Resolução  
82 Conama. Então nós já estamos trabalhando nisso e vamos fazer as propostas,  
83 mas eu acho importante ressaltar, porque as pessoas com conhecimento técnico  
84 não entenderam como se faz uma redução para 90 m<sup>3</sup>, o que significa três  
85 tanques, aproximadamente. Nós não achamos razoável, e achamos que é até um  
86 engano. Nós participamos de uma reunião na Câmara Agrossilvipastoril, com a  
87 equipe técnica, e até propusemos sentarmos para conversar sobre isso, pois  
88 pode ter havido um engano ou erro de interpretação. Mas é um fato preocupante,  
89 secretário, porque, ao invés de estarmos trazendo um estímulo à atividade, isso é  
90 um bloqueio enorme, praticamente inviabiliza. Eu tenho certeza de que o senhor  
91 não gostaria que a sua gestão fosse marcada por uma situação dessa. Então eu  
92 peço sua atenção. É um assunto bastante relevante. E está mais do que provado,  
93 a aquicultura em tanque-rede tem baixíssimo impacto ambiental. Pode ser uma  
94 excelente opção neste momento de dificuldade que nós temos. Tem rios com  
95 restrições a uso, e a atividade de aquicultura em tanque-rede não traz nenhum  
96 impacto. Então é o registro que eu gostaria de fazer, e quero contar com sua  
97 atenção.” Presidente Jairo José Isaac: “O secretário adjunto Germano tem feito  
98 reuniões conjuntas com as entidades de classe envolvidas nessa possível  
99 reforma. Segundo as informações, está ainda em andamento. Ele está ouvindo  
100 para, evidentemente, estabelecer o consenso e modificar realmente aquilo que  
101 deve ser modificado e atualizado. O grupo técnico da SEMAD está  
102 acompanhando, e, evidentemente, esse assunto deve ser levado. Você está  
103 dizendo que os técnicos estão discutindo e vão levantar o problema. Nada mais  
104 justo do que isso ser discutido antes de a matéria ser colocada em discussão. No  
105 último contato que eu tive com o Germano, eu perguntei, ‘ainda vai levar tempo,  
106 isso pode chegar mais até próximo do fim do ano, possivelmente tenhamos uma  
107 solução mais para a frente, mas por enquanto nós estamos ouvindo as entidades  
108 envolvidas’. Eu não acredito que tenha alguma coisa em definitivo. Haverá outras  
109 reuniões em que outros acertos deverão ser feitos, e definida, inclusive, a  
110 redação final do documento para aprovarmos nas nossas reuniões.” Presidente  
111 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Como o secretário falou, o  
112 processo ainda está em curso. Inclusive, o documento esteve em consulta  
113 pública, para sugestões, e, possivelmente, estão sendo compiladas. Então o  
114 segmento deve ter apresentado essas sugestões. E ainda tem todo o processo  
115 até chegar ao Plenário do COPAM. De toda forma, nós vamos encaminhar para a  
116 secretaria executiva, para o secretário adjunto, o seu pleito.” Conselheira Maria  
117 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Ontem, nós protocolamos para o secretário, e  
118 trouxemos aqui para o Conselho uma nota da Comissão Pastoral da Terra. Tem a  
119 ver com a questão do Norte de Minas, com a mineradora canadense Yamana  
120 Gold, que tem trazido graves problemas de acesso a água na comunidade, na  
121 região. A nota da CPT, que eu vou entregar ao Conselho Estadual, tem a ver com  
122 a barragem Bico de Pedra. Aponta algumas quantidades de outorga e vazões  
123 concedidas para proprietários e faz comparação, inclusive, com a demanda atual

124 de Montes Claros. Nessa nota, a Comissão Pastoral da Terra informa que a  
125 demanda atual de Montes Claros é de aproximadamente 23,6 milhões de m³ e  
126 que, fazendo então a pontuação dessa situação, que envolve uma empresa  
127 ligada a uma mesma família, tem um total de outorgas de 35,5 milhões de m³ por  
128 ano. Essa nota eu vou protocolar, vou pedir que seja mandado aos conselheiros.  
129 O título é: 'A guerra da água no Norte de Minas - Água para o ouro, sede para o  
130 povo'. Aponta elementos muito graves, tem a ver com licenças ou autorizações  
131 concedidas pela Supram Norte de Minas. E não é a primeira vez que esse  
132 assunto é trazido. É muito grave, tem que se olhar realmente as fotos de como  
133 está o rio Roedor, que está totalmente seco. Então tem elementos, e deve-se  
134 fazer uma averiguação nessa região em relação a esse assunto. O outro assunto  
135 do nosso informe tem a ver também com a DN 74. Ontem, eu protocolei na  
136 Cidade Administrativa o ofício em que 36 entidades, dentre elas o próprio Fonasc  
137 e o Instituto Guaycui, estão demandando que haja, realmente, a prorrogação de  
138 prazo para consulta pública. São 30 dias, e tem muita gente que nem sabe que  
139 está em processo de consulta pública. Nós concordamos que tem elementos,  
140 principalmente nas listagens, para os quais nós não encontramos argumentação  
141 técnica para justificar alterações nos parâmetros. Nós, inclusive, estamos  
142 demandando – antes de ir para a Câmara Normativa e Recursal, onde vão ser  
143 feitas as discussões – que voltem, depois de consolidadas as contribuições, às  
144 Câmaras Técnicas Especializadas, aquelas listagens específicas daquela  
145 Câmara Técnica. Tem elementos nessa DN que nos preocupam muito e que  
146 apontamos no nosso ofício. E eu vou também depois requerer que seja  
147 compartilhado com todos os conselheiros o PDF que aponta por que nós estamos  
148 demandando isso ao secretário de Estado, em relação a uma DN tão ansiosamente  
149 esperada, nessa revisão. No âmbito hídrico, por exemplo, a questão de  
150 considerar a pontuação do fator locacional, empreendimentos em áreas classe 1,  
151 especial, e dar uma pontuação 2, quando na realidade a legislação não permite e  
152 veda determinadas atividades. Nós não entendemos nem como se cogita dar  
153 uma pontuação, se há uma lei que diz que não pode. Então, no âmbito hídrico, o  
154 fator locacional está muito subdimensionado. Nós queremos apontar mais fatores  
155 locais envolvendo a questão hídrica e discutir o conceito de fator locacional.  
156 Porque nessa DN o fator locacional está só entrando para definir a modalidade do  
157 licenciamento. E quando demandamos, como sociedade, o fator locacional, é no  
158 sentido de, junto com potencial degradador e porte, definir a classe do  
159 empreendimento. Então isso tudo não dá para ser discutindo inserindo  
160 contribuições só no site da SEMAD, há que se ter mais tempo.” Presidente  
161 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Eu peço à secretaria executiva  
162 para anotar e receber o pleito da conselheira, para os devidos  
163 encaminhamentos.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu queria trazer aqui  
164 um brevíssimo relato da situação no Norte de Minas e também fazer um paralelo  
165 da situação do IGAM no Norte de Minas. No Norte de Minas, nos últimos quatro  
166 anos, tem chovido em torno de 60% da média histórica, e dois dos principais

167 reservatórios – Bico da Pedra e Juramento – se encontram em situação crítica.  
168 Considerando que o Alto Verde Grande, a parte alta da bacia, concentra mais do  
169 que a metade da população de todo o Verde Grande, em função, principalmente,  
170 da localização da cidade de Montes Claros. E Juramento hoje está com 23% da  
171 capacidade. Eu não sei se já considerou o volume morto. E o Bico da Pedra só  
172 tem 2% do volume útil. Pela primeira vez na história da barragem de Juramento,  
173 o rio Juramento, que abastece o reservatório, secou. Hoje, o IGAM, responsável  
174 pelo Norte e Nordeste de Minas, só tem dois funcionários: um técnico e um  
175 administrativo. Há algum tempo, teve uma força-tarefa do IGAM, que ficou lá uma  
176 semana, e, em função dessa fiscalização, o rio voltou a correr. Aí foi passada a  
177 informação – eu não vou citar nomes de empresas ou coisas desse tipo, porque  
178 foi extraoficial – de que tem uma empresa de reflorestamento na nascente de  
179 Juramento com cinco barragens e que tem outorgado 7.600 l/s. Enquanto a  
180 Copasa, para abastecer a cidade de Montes Claros, tem 1.000 l/s. Eu tenho  
181 acompanhado o Comitê, desde a formação, e o nível de consciência,  
182 conscientização e sensibilização, principalmente por parte dos irrigantes lá. No  
183 início, tinha uma resistência muito grande. Mas as empresas, de certa forma,  
184 principalmente as que vêm de fora, têm trazido um certo problema para a região  
185 e não têm tido essa sensibilização com relação ao uso de água. Então eu  
186 gostaria de fazer um apelo para que o IGAM pudesse ser reestruturado,  
187 principalmente nesse período de escassez hídrica. A fiscalização é extremamente  
188 importante e está praticamente impossibilitada de ser executada, mesmo porque,  
189 com dois funcionários, não conseguimos nem que eles participem das reuniões  
190 que nós temos feito na região. O pessoal fez uma solicitação para que o  
191 Conselho pudesse fazer uma reunião extraordinária na região e pudesse ouvir as  
192 demandas da região em um futuro bem próximo.” Presidente suplente Maria de  
193 Fátima Chagas Dias Coelho: “Eu não preciso nem dizer que faço coro à sua  
194 proposta de fortalecimento do IGAM no Norte de Minas. Com certeza, como nas  
195 outras regiões do Estado, todo mundo sabe que o grupo do IGAM é um grupo  
196 muito pequeno. Nós estamos em processo de discussão dessas equipes.  
197 Realmente, o Wesley e a Érica são as duas pessoas que estão atuando lá, e nós  
198 temos, realmente, dificuldade de participação deles em tudo que é necessário. No  
199 que diz respeito à bacia do rio Juramento, nós declaramos restrição de uso,  
200 conforme a DN 49, desde maio. As portarias foram publicadas, duas portarias.  
201 Com isso, nós pedimos uma fiscalização. A DN 49 atua muito em cima dos  
202 outorgados, mas o importante é que nós fizemos uma fiscalização dos que  
203 estavam irregulares também, com ajuda da Subsecretaria de Fiscalização. E nós  
204 estamos fazendo essas campanhas de fiscalização nas bacias hidrográficas em  
205 que estamos declarando restrição hídrica. Tem outras bacias do Estado que  
206 estão em restrição, e nós estamos fazendo esse planejamento de fiscalização. Eu  
207 recebi o relatório da fiscalização no início desta semana e vou levantar essa  
208 questão que você comentou, da companhia de reflorestamento. Eu vou checar  
209 porque também os usuários outorgados estão sujeitos a redução de uso da água,

210 conforme a DN 49.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Mas, sem a  
 211 fiscalização devida, parece que o pessoal não tem seguido essas restrições.”  
 212 Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós discutimos muito  
 213 com a Copasa essa campanha, até para abordar não só os outorgados, mas os  
 214 irregulares. Eu não consigo dar resposta aqui – eu não estou com o relatório aqui  
 215 – sobre essa empresa específica, sobre como está a situação dela. Quanto a  
 216 Bico da Pedra, nós estamos assinando um pacto com a ANA com relação à  
 217 gestão das outorgas lá, para implantar a alocação negociada da água no entorno  
 218 de Bico da Pedra.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Bico da Pedra passa  
 219 por um problema seríssimo de gestão, porque, só na derivação da água, chega a  
 220 ter uma perda de 50%. Isso é inaceitável, inadmissível. Isso só da distribuição. Se  
 221 considerarmos que, dentro da área irrigada, se perde em torno de 50%, a cada  
 222 1.000 litros de água, efetivamente, 250 litros só chegam para o produtor,  
 223 efetivamente, para a planta, vamos dizer assim.” Presidente suplente Maria de  
 224 Fátima Chagas Dias Coelho: “Se é o perímetro irrigado do Gorutuba, e tem outros  
 225 perímetros irrigados, então, ponto de discussão com a Agência Nacional de  
 226 Águas, sobre isso.” Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Entre os dias 11 e 15 de  
 227 julho, nós realizamos, na Universidade Federal de Uberlândia, o 6º Workshop  
 228 Internacional sobre Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Bacias  
 229 Hidrográficas, conforme eu já tinha noticiado aqui e feito um convite, inclusive, a  
 230 todos os conselheiros para que pudessem participar. O evento foi um sucesso.  
 231 Nós tivemos mais de 530 inscritos, e foram realizadas palestras, minicursos,  
 232 visitas técnicas. A abertura foi realizada com a palestra magna do governador da  
 233 Paraíba, Ricardo Coutinho, que abordou o tema transposição do rio São  
 234 Francisco e a importância dessa transposição para o semiárido. Nós tivemos, na  
 235 abertura, também a presença do Germano, a quem agradeço. No evento, foi  
 236 aprovada a Carta de Uberlândia, que, em síntese, aponta cinco linhas que  
 237 expressam a posição dos participantes desse workshop. Eu vou encaminhar um  
 238 e-mail, anexado, e solicitar que se encaminhe a todos os membros das Câmaras  
 239 Técnicas, para tomarem conhecimento dessa carta.” Conselheiro Rander Abrão  
 240 Tostes: “Eu sou representante da Cemig, mas vim trazer um comunicado do  
 241 Comitê do Suaçuí, onde eu também sou representante. É justamente com  
 242 relação à aplicação do que está disposto na DN 49. Segundo relatório da CPRM,  
 243 vazões do Suaçuí Grande já estariam abaixo da vazão de referência. Por isso, a  
 244 Plenária do Comitê, em minha pessoa, solicita esclarecimentos com relação ao  
 245 disparo do que está disposto na DN 49, estabelecendo assim a situação de  
 246 escassez hídrica. Eu não sei como funciona esse estudo, quando são publicadas  
 247 portarias, como é feito o trabalho, mas trouxe o ofício e vou deixar aqui para  
 248 vocês.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Vila Matias é  
 249 do Suaçuí? Já foi declarada, e já foi publicada. Pode ser que nós estejamos  
 250 atrasados em avisar ao Comitê, é importante o acompanhamento no ‘Diário  
 251 Oficial’, mas o IGAM remeterá, então, ofício para todos os Comitês envolvidos,  
 252 que estão em restrição hídrica, até para que o Comitê nos ajude nesse processo

de restrição.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Nós estamos realizando, em parceria com o IEF, um seminário para tratar dos sistemas agroflorestais como instrumento para recuperação ambiental, com o olhar para Minas Gerais. Nos dias 10 e 11, nós vamos realizar esse evento. No dia 10, na Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 11, na Cidade Administrativa. Nós vamos discutir, nesse encontro, subsídios para construção de uma minuta de uma normativa que regulamente a possibilidade de usar os sistemas agroflorestais como ferramenta de recuperação ambiental. Vai ser constituído um grupo de trabalho, formado por pessoas da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, SEMAD, IEF e sociedade civil, para trabalhar um pouco nesse sentido. Para dar o start nesse trabalho, nos dias 10 e 11 de agosto, vai ser realizado esse seminário. No dia 10, será aberto para todo mundo, e no dia 11 vai ser uma tarefa mais fechada, um dia de trabalho, para a Câmara Técnica de Produção Orgânica e Agroecologia, ligada a Cedraf, com alguns convidados.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: Há três reuniões ou quatro, nós fomos indicados, neste Conselho, para participar do Fórum Interconselhos. Esteve aqui uma pessoa fazendo a apresentação do que seria esse fórum. Eu quero lembrar que esse Fórum Interconselhos reúne todos os Conselhos do Estado de Minas Gerais, no sentido de que haja uma troca de informações, experiências, na construção das políticas públicas do Estado. Por exemplo, no momento em que nós formos decidir a questão da DN 74, é interessante que se ouçam outros segmentos da sociedade também representados em Conselhos, no sentido de que algo possa afetar esse outro segmento. Por exemplo, o Conselho de Agricultura Familiar. Será que esses limites que estão sendo discutidos em um Conselho, principalmente da SEMAD, do COPAM, atendem à agricultura familiar? Embora tenha representante também. Enfim, fazer os Conselhos conversarem melhor, em benefício das políticas públicas. Mas o grande problema é o seguinte: como fazer essa conversa, como democratizar essa conversa? Hoje pela manhã teve reunião nesse Fórum Interconselhos – eu pude participar –, e lá foi lançada a inclusão do Fórum Interconselhos nesse ‘Participa MG’, que é uma plataforma do governo do Estado de Minas Gerais, no sentido de criar um espaço virtual para discutir os problemas de Minas Gerais. Nós, participantes desse Fórum, estamos criando esse espaço. Eu queria pedir à mesa para que se crie uma pauta, na próxima reunião, para que o pessoal venha aqui explicar e mostrar como funciona esse engajamento de todos os conselheiros nesse Fórum, onde todos poderão participar nessa plataforma virtual. Para que venha aqui o representante desse ‘Participa MG’, para mostrar como nós entramos nisso.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu queria reforçar, realmente, a fala do conselheiro Edson com relação à questão do fortalecimento do IGAM, que realmente é um órgão de extrema importância e que precisa ser equipado para atuar, principalmente, nessas regiões onde há escassez hídrica e área de conflito. E também dizer da importância também do fortalecimento das equipes de fiscalização, que precisam estar presentes. Independente de uma situação de decreto de situação crítica de

296 escassez hídrica, elas precisam estar presentes de forma que, realmente, sejam  
297 cumpridas as outorgas e equilibrados o uso e a aplicação do recurso hídrico no  
298 Estado de Minas Gerais.” Conselheira Nilda Marília Figueiredo de Sousa: “Eu  
299 estou representando a Prefeitura de Almenara e queria falar um pouquinho da  
300 nossa situação. Eu gostaria de pedir também que se voltassem os olhos um  
301 pouco para a nossa região, o rio Jequitinhonha, onde nós estamos passando por  
302 problemas seríssimos, principalmente nas comunidades rurais. Nós temos 55  
303 comunidades rurais, onde nós temos só um caminhão-pipa que está abastecendo  
304 essas comunidades. Nós temos o rio São Francisco, que está completamente  
305 seco. Nós temos o Panela, que abastece a área rural, onde os fazendeiros estão  
306 passando por situação crítica, porque secaram os rios todos nesse período de  
307 estiagem que teve agora. Então, pela primeira vez que eu estou vindo aqui, eu  
308 gostaria de pedir, na oportunidade, que se desse também uma oportunidade para  
309 verificar a nossa situação no Vale do Jequitinhonha.” Conselheiro Ênio Resende  
310 de Souza: “Eu pedi a palavra para, rapidamente, dizer o seguinte. Primeiro,  
311 concordar com a proposta do conselheiro Leonardo Romano, da questão do  
312 licenciamento da aquicultura, da preocupação que ele demonstrou aqui com os  
313 valores que estão sendo propostos. Me ocorreu também, pelo menos, estar aqui  
314 mencionando que nós estamos vivendo um momento muito oportuno de  
315 mudanças na questão do licenciamento ambiental. O Estado tem uma nova lei,  
316 essa lei ainda está por ser regulamentada. Agora, uma questão que sempre nos  
317 afligiu é a questão do dissociamento do licenciamento ambiental da questão dos  
318 recursos hídricos. Nós sabemos que, na natureza, isso não é dissociado, a água  
319 está junto da planta, dos animais, da fauna, enfim. Vislumbrando essa  
320 possibilidade que nós temos de discutir a legislação ambiental, o licenciamento  
321 ambiental, particularmente, eu acho que deveríamos aprofundar um pouco um  
322 mais – o próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos, as instituições etc.,  
323 para modernizar o nosso licenciamento ambiental, trazendo-o mais próximo da  
324 questão dos recursos hídricos. Por exemplo, o licenciamento hoje é feito por  
325 empreendimento, por atividade. Mas, se diversas atividades acontecem,  
326 concomitantemente, em uma bacia hidrográfica, o impacto vai ser cumulativo. Por  
327 exemplo, uma bacia que tem uma hidroelétrica e passa a ter cinco, seis, ou uma  
328 suinocultura que passa a ter 15, 20. Então o nosso licenciamento olha, muitas  
329 vezes, para o próprio empreendimento e analisa o empreendimento  
330 individualmente. Então é mais um manifesto no sentido de tentarmos, nesta  
331 oportunidade que estamos tendo de mudança da legislação. Aliás, a legislação já  
332 foi alterada, mas está por ser regulamentada. Então um esforço nosso, quem  
333 sabe, de aproximar a questão dos recursos hídricos e do licenciamento  
334 ambiental.” Presidente Jairo José Isaac: “A sua observação foi anotada, e nós  
335 realmente já vamos começar a ter um trabalho mais integrado dentro do Sisema.  
336 Na verdade, tem 14 meses em que estou na Secretaria. Eu estou distanciado do  
337 secretário adjunto desde a sexta-feira passada. Ele hoje, juntamente com a  
338 equipe técnica da nossa Secretaria, está sobrevoando todo o estrago em relação



339 a Mariana, fazendo levantamento. Nós temos que chegar a algumas conclusões.  
340 Então tem uma equipe fazendo levantamento e verificando, in loco, os problemas,  
341 e fazendo as anotações que devem, evidentemente, ser avaliadas para uma  
342 definição final sobre essa tragédia chamada Samarco. Que nos consome,  
343 exatamente, 60% do nosso tempo de trabalho. Não tem como escapulir nem  
344 deixar de discutir o problema. Mas a minha observação é a seguinte. O fato desta  
345 nova administração, da integração hoje do Sisema, é uma coisa real. Não dá  
346 mais para conviver com cada unidade trabalhando isoladamente. Hoje essa  
347 integração precisa existir, inclusive, para obter resultado, para somar resultado. O  
348 IGAM vai ser totalmente reestruturado, equipado, não só com equipamento  
349 adequado, mas com material humano. Deve receber uma ajuda substancial de  
350 técnicos. A FEAM também está passando por um sistema de mudança, e hoje  
351 tem um novo presidente. E o IEF também, nessa mudança do sistema, inclusive,  
352 da própria legislação, e da mudança nossa, principalmente, com relação aos  
353 avanços que foram feitos na área da fiscalização. Inclusive, com a possibilidade  
354 hoje de os municípios licenciarem, isso vai ser um alívio para a Secretaria e vai  
355 nos dar mais condições de voltar para assuntos mais problemáticos que se  
356 verificam no decorrer do tempo. A observação é oportuna, está anotada, e isso  
357 vai ser objeto de uma futura reunião. Eu talvez possa vir trazer um relatório do  
358 que está sendo feito ao nível de integração dessa área de fiscalização. Ainda  
359 ontem, eu passei a manhã toda junto com a corporação militar ambiental em um  
360 evento que estão promovendo em Juatuba, que termina amanhã, com o coronel  
361 Fagundes. Foram vários palestrantes, e nós discutimos alguma coisa. A parceria  
362 hoje com a Polícia Ambiental é completa, atinge hoje, inclusive, todo o nosso  
363 Sistema. E nós estamos fortalecendo a Polícia Ambiental para nos ajudar,  
364 evidentemente, no acompanhamento da fiscalização e aprimorar a fiscalização.  
365 Se perguntarem se algum de vocês tem dúvidas com relação ao que já foi feito,  
366 em breve, em publicações próprias da Secretaria, nós vamos divulgar o que tem  
367 sido feito, ao nível de Estado, pela Secretaria, em termos de legislação e de  
368 avanços. Vocês conhecem a situação do Estado, não precisa aqui de um  
369 secretário de uma das Secretarias dizer o que é a situação. Nós temos toda  
370 dificuldade com relação a alguns avanços que demandam, inclusive, recursos.  
371 Não temos como, realmente, demandar recurso, e temos necessidade de  
372 recurso. Em todos os sentidos. Mas hoje, sem nenhuma vaidade, eu posso  
373 garantir que a nossa legislação é das mais qualificadas e eficientes do país. Ao  
374 nível de evolução, nós estamos bem à frente dos outros Estados. E todo esse  
375 trabalho vai ser sintetizado em uma publicação que nós estamos desenvolvendo.  
376 Isso, realmente, para o Estado, é um grande ganho e uma grande eficácia. Nós  
377 estamos tornando tanto a parte de fiscalização quanto a de regularização bem  
378 adequadas, bem eficazes, e estamos procurando agilidade. A eficiência é  
379 obrigatória, mas a agilidade é fundamental. É a nossa procura, é o nosso  
380 objetivo. Eu vim para esta Secretaria com a missão definida: mudar, e mudar  
381 para melhorar. É o que nós estamos procurando, e vamos procurar satisfazer

382 essa exigência do governo de Minas. É isso que eu queria registrar.” Presidente  
383 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Obrigada, Ênio, por essa  
384 oportunidade de focar a questão da gestão ambiental, efetivamente. Os outros  
385 instrumentos de gestão ambiental que temos, a Avaliação Ambiental Integrada, a  
386 Estratégica, e essa é uma oportunidade de modernizar, considerando a bacia  
387 hidrográfica.” **4) RETIFICAÇÃO DO NÍVEL DE EXIGÊNCIA APROVADO DA**  
388 **META 1.9 (CAPACITAÇÃO) DO PROGRAMA PROGESTÃO, PARA EXAME E**  
389 **DELIBERAÇÃO. Apresentação: IGAM.** O Plenário do Conselho Estadual de  
390 Recursos Hídricos aprovou por unanimidade a retificação do nível de exigência  
391 da Meta 1.9 do Programa Progestão, nos termos da Nota Técnica 01/2017, tendo  
392 como consequência aumento no valor da liberação da segunda parcela do  
393 programa, sendo esses recursos utilizados no fortalecimento institucional do  
394 Instituto Estadual de Recursos Hídricos. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**  
395 **DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1)**  
396 **Horizontes Ltda. Brumadinho/MG. Canalização de curso de água para**  
397 **construção de estacionamento. Processo de Outorga nº 10180/2009.**  
398 **Apresentação: IGAM. Retorno de vista: conselheira Maria Teresa Viana de**  
399 **Freitas Corujo.** Outorga concedida por maioria nos termos do parecer da  
400 Supram Zona da Mata, com um voto contrário e duas abstenções. Declarações  
401 de voto e de abstenções. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares:  
402 “Declaração de voto no sentido de que, apesar de ser contra a canalização,  
403 porque já existem, inclusive, diretrizes a respeito disso, olhando o relatório  
404 técnico, eu reconheço o trabalho da CTIG no sentido de que foi realmente feito o  
405 levantamento técnico dos dados fornecidos. Porém, eu me abstenho de votar em  
406 função dessa dúvida que me resta em relação ao procedimento que foi adotado.”  
407 Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu vou me abster e chamar a atenção.  
408 Como há, de fato, essa diferenciação, que é a concessão de outorga com  
409 mecanismo de gestão, e a aplicação das devidas chances de sanções, eu pediria  
410 que então isso fosse feito, efetivamente. Já que o empreendimento, de fato, já  
411 está instalado, é preciso observar uma diretriz, que, inclusive, é inconstitucional,  
412 de regularização, também sob esse ponto de vista. Eu acho que é preciso ter  
413 atenção em relação a isso.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
414 “O nosso voto foi contrário pelo fato de que o nosso parecer era de baixar em  
415 diligência, e nós precisamos ser coerentes. Para nós, não teria como votar sem  
416 essas questões equacionadas, independentemente da questão de, por exemplo,  
417 penalidades e multas serem tratadas em separado. O Fonasc requer, então, que  
418 essa questão da legalidade seja tratada no momento adequado e na forma  
419 processual adequada.” Rafael Ferreira Toledo, da Procuradoria do IGAM: “Só  
420 reiterando o que foi dito anteriormente, a concessão da outorga não impede ao  
421 Conselho – caso entenda pertinente, como já foi solicitado por alguns dos  
422 conselheiros – que faça moção solicitando, reivindicando esses pontos  
423 identificados, das penalidades pertinentes.” Presidente suplente Maria de Fátima  
424 Chagas Dias Coelho: “Nós juntamos essas informações, a solicitação dos dois

425 conselheiros, Luciano e Maria Teresa, a respeito das infrações, e vamos dar os  
 426 encaminhamentos e analisar essa questão.” **Pedido de baixa em diligência.**  
 427 Antes da votação deste processo de outorga, o Plenário do CERH rejeitou, por  
 428 maioria, o pedido de baixa em diligência apresentado pelo Fonasc em seu relato  
 429 de vista. A Presidência registrou 36 votos favoráveis a dar prosseguimento à  
 430 análise e votação do pedido de outorga, um voto contrário e duas abstenções.  
 431 Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu vou me abster neste caso. Como eu  
 432 não acompanhei a discussão na CTIG, francamente, eu não estou convencido de  
 433 nenhum dos dois posicionamentos.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria  
 434 Tavares: “Eu também me abstenho. É a minha primeira reunião. Houve um  
 435 problema de comunicação, e tive acesso agora. Não na fundamentação do  
 436 pedido de diligência, mas por outras razões, eu ainda fico também com um pouco  
 437 de dúvida.” Conclusão do parecer do Fonasc: “Diante do exposto, sem prejuízo  
 438 de outros eventuais questionamentos, manifesta-se o Fonasc-CBH pela baixa em  
 439 diligência do pedido de autorização para canalização e/ou retificação do curso de  
 440 água Inhotim, para que sejam esclarecidas as razões do intercurso de tempo, de  
 441 8 (oito) anos, entre a formalização do Processo nº 10180/2009 e o seu  
 442 encaminhamento para análise e deliberação, a justificativa da dimensão da  
 443 canalização inter-relacionada com as características do curso de água Inhotim e  
 444 as possíveis penalidades e/ou multas pelo fato de o estacionamento estar  
 445 construído e de a canalização estar instalada (de acordo com um dos  
 446 documentos, desde 2009) sem ter havido a autorização.” Esclarecimento da  
 447 Procuradoria do IGAM - Rafael Ferreira Toledo, da Procuradoria do IGAM: “Só  
 448 para fazer um esclarecimento do ponto de vista jurídico em relação a esse pedido  
 449 de diligência, tem que se observar que, de acordo com o Regimento Interno, o  
 450 pedido de diligência tem que observar alguns requisitos. O primeiro: tem que  
 451 haver pertinência temática em relação à matéria que está em pauta. Ou seja, a  
 452 matéria que está em pauta é a viabilidade técnica da outorga ou não. Ainda que  
 453 seja correlacionada a alguns assuntos afetos à tramitação do processo, não é a  
 454 questão da existência ou não cabível de alguma penalidade durante a operação  
 455 da atividade, durante o curso do processo de outorga. Esse não é objeto da  
 456 matéria. A matéria é viabilidade técnica da outorga. Qualquer matéria afeta a  
 457 isso, ainda que seja pertinente, não é objeto do pedido de diligência. Outro: o  
 458 pedido de diligência só é cabível caso a dúvida suscitada, o pedido de  
 459 esclarecimento suscitado não possa ser respondido no ato dessa reunião. Se  
 460 houve uma dúvida relacionada ao objeto da matéria, somente caso ela não seja  
 461 possível de ser sanada nessa reunião. Como a doutora Fátima apontou, há  
 462 técnicos do IGAM aqui prontos, se for o caso, para esclarecer essas dúvidas. E,  
 463 por último, o pedido de diligência só é cabível mediante aprovação dos membros  
 464 da plenária, que considerarem pertinente ou não a interrupção da votação.” **5.2)**  
 465 **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Ligação**  
 466 **BR-040 MG à BR-267 MG. Juiz de Fora/MG. Canalização em corpo de água.**  
 467 **Córrego São Pedro. Área urbana. Processo de Outorga nº 31210/2016.**

468 **Apresentação: Supram Zona da Mata.** Outorga concedida por unanimidade nos  
 469 termos do parecer da Supram Zona da Mata. **6) PROCESSOS**  
 470 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO. 6.1) Rogério Carneiro**  
 471 **Meirelles. Fazenda Guarino. Conceição do Rio Verde/MG. Processo de**  
 472 **Outorga nº 27429/2014. Apresentação: Supram Sul de Minas.** Recurso  
 473 deferido por maioria nos termos do parecer da Câmara Técnica de Instrumentos  
 474 de Gestão (CTIG), contrariamente ao parecer técnico da Supram Sul de Minas,  
 475 que sugeriu o indeferimento. O conselheiro representante do Ministério Público se  
 476 absteve de votar. Quanto às condicionantes, a Presidência registrou os seguintes  
 477 esclarecimentos. Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “A  
 478 questão das condicionantes compete ao órgão gestor. Aprovada a outorga, o  
 479 órgão gestor impõe as condicionantes nas portarias de outorga, porque nós não  
 480 votamos as condicionantes, essa é uma deliberação do órgão gestor. Então nós  
 481 aprovamos, e a Supram, ao emitir a outorga, inclui as condicionantes nas suas  
 482 portarias.” Rafael Ferreira Toledo, da Procuradoria do IGAM: “No trâmite do  
 483 processo de concessão de outorga, tem que se fazer a divisão das atribuições de  
 484 competências de cada um dos atores envolvidos nesse processo, tanto do órgão  
 485 outorgante quanto do Conselho. O fato de determinados procedimentos de  
 486 outorga requererem anuência tanto às vezes do Comitê quanto do Conselho,  
 487 esse caso, em grau de recurso, não retira a competência do órgão outorgante,  
 488 aquele que tem a competência técnica e poderá estabelecer as condicionantes  
 489 adequadas a mitigar os eventos ocasionados pelo empreendimento.” Presidente  
 490 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “De toda forma, o  
 491 encaminhamento deste processo à Supram Sul será, evidentemente, com o  
 492 parecer da CTIG, para consideração e análise dessas duas condicionantes aqui  
 493 interpostas, inclusive, como já foi dito aqui, instalação de dreno de fundo para  
 494 garantir a vazão residual; e a condicionante 2, que é o monitoramento hidrológico.  
 495 Isso é praxe em todas as nossas intervenções. A Resolução SEMAD/IGAM 2302  
 496 exige esse monitoramento hidrológico em todos os processos de outorga, e o  
 497 empreendedor tem que nos apresentar os resultados desse monitoramento. **6.2)**  
 498 **Rogério Carneiro Meirelles. Fazenda Guarino. Conceição do Rio Verde/MG.**  
 499 **Processo de Outorga nº 27431/2014. Apresentação: Supram Sul de Minas.**  
 500 Recurso deferido por maioria nos termos do parecer da Câmara Técnica de  
 501 Instrumentos de Gestão (CTIG), contrariamente ao parecer técnico da Supram  
 502 Sul de Minas, que sugeriu o indeferimento. O conselheiro representante do  
 503 Ministério Público se absteve de votar. A Presidência fez o seguinte registro em  
 504 relação às condicionantes. Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias  
 505 Coelho: “Da mesma forma, na questão das condicionantes, o relatório da CTIG  
 506 será encaminhado para o órgão gestor inserir as condicionantes na Portaria de  
 507 Outorga aprovada por este Conselho.” **7) ASSUNTOS GERAIS. Relatos sobre**  
 508 **empreendimento da Mundo Mineração.** Fernanda Andrade Malafaia, da  
 509 Subsecretaria de Regularização Ambiental/SEMAD: “Eu vim falar um pouquinho a  
 510 respeito do empreendimento Mundo Mineração. Foi aprovada uma moção na

511 CNR e na URC Velhas – no caso, já até fizemos essa apresentação para a  
512 Câmara de Mineração –, e também foi aprovada uma moção aqui no CERH.  
513 Então nós viemos dar um retorno aos senhores a respeito do que a SEMAD fez  
514 nesse empreendimento. Para quem não sabe, o empreendimento da Mundo  
515 Mineração é relacionado a uma mineração que foi abandonada. E a moção foi  
516 aprovada no seguinte sentido: ‘Ao DNPM, à FEAM e à SEMAD, para que  
517 realizem, o mais breve possível, uma vistoria na barragem de rejeitos da Mundo  
518 Mineração, localizada no município de Rio Acima, para averiguar a situação após  
519 o período recente de chuvas intensas’. Essa moção foi encaminhada para  
520 conhecimento da FEAM, do DNPM e da SEMAD. O DNPM, a FEAM e a SEMAD  
521 realizaram uma vistoria conjunta em 16 de janeiro de 2017. Mas, antes mesmo  
522 disso, a Fiscalização já tinha feito três vistorias, por meio do Núcleo de  
523 Emergência Ambiental (NEA), uma em outubro de 2016, outra em dezembro e  
524 essa de janeiro de 2017. Mas, antes mesmo disso, a Fiscalização já tem feito  
525 vistorias corriqueiras lá e tem dado um suporte para averiguar a situação no local.  
526 A fiscalização de outubro de 2016 contou com a participação da SEMAD, da  
527 Polícia Militar, da Defesa Civil Estadual, da Defesa Civil do município de Rio  
528 Acima e da Copasa. Ela foi direcionada ‘para elencar ações efetivas para  
529 estabelecer a proposta de vigilância e proteção contra invasão e novos atos de  
530 vandalismo, bem como estabelecer procedimentos e elaboração de um plano de  
531 contingência em caso de possível ocorrência de acidente ambiental na referida  
532 área’. ‘Os atores envolvidos apontaram para a necessidade de definir estratégias  
533 que venham, inicialmente, impossibilitar a entrada e permanência de terceiros  
534 sem autorização, com a instalação de portão de entrada do empreendimento,  
535 cercamento da área do reservatório da barragem nova, para evitar acidentes’. A  
536 fiscalização de 16 de janeiro de 2017 conta com o relato de que, infelizmente, a  
537 situação não é das melhores, constando todas as dificuldades, mas dela se  
538 iniciaram tratativas de realização de um termo de descentralização de crédito  
539 orçamentário com objetivo de realização de um estudo e contratação de projeto  
540 para manutenção das barragens da Mundo Mineração. Conforme o auto de  
541 fiscalização de 2017, representantes da SEMAD, da Polícia Militar, da Defesa  
542 Civil Estadual, da Defesa Civil de Rio Acima e da Copasa foram ao local do  
543 empreendimento ‘para elencar ações efetivas para estabelecer a proposta de  
544 vigilância e proteção contra invasão e novos atos de vandalismo, bem como  
545 estabelecer procedimentos e elaboração de um plano de contingência para o  
546 município em caso de possível ocorrência de acidente ambiental na referida  
547 área’. É importante destacar que não só a SEMAD está cuidando desse assunto,  
548 mas outros órgãos da administração pública estadual estão envolvidos no sentido  
549 de amenizar a situação que está no local do empreendimento. Foi realizada  
550 fiscalização conjunta, em março de 2017, pela Diretoria de Emergência Ambiental  
551 da SEMAD, Corpo de Bombeiros, município de Rio Acima, Secretarias de Obras  
552 e de Segurança Pública de Rio Acima, e a finalidade foi apoiar o município a  
553 tomar conhecimento da situação do empreendimento de modo que o plano de

554 contingência desse município possa ser revisado e atualizado. Além disso, foi  
555 encaminhado um ofício à superintendência do DNPM informando sobre a  
556 situação da Mundo Mineração, considerando que compete ao DNPM fiscalizar as  
557 atividades de pesquisa e lavra para aproveitamento mineral. A Secretaria de  
558 Estado de Casa Civil e Relações Institucionais se manifestou favorável à  
559 celebração de um convênio entre o Estado e a Copasa com interveniência da  
560 SEMAD e da Setop. Isso porque a situação no empreendimento Mundo  
561 Mineração, infelizmente, chegou a um ponto em que só a SEMAD também não  
562 está conseguindo resolver na área. Então toda a administração está envolvida no  
563 sentido de amenizar a situação. Por isso está tendo essa tratativa de convênio.  
564 Ressaltamos que, em maio de 2017, a SEMAD encaminhou ofício à  
565 subsecretária de Casa Civil com sugestões sobre medidas prioritárias a serem  
566 implementadas no empreendimento Mundo Mineração. É importante destacar  
567 que o próprio governador já está envolvido nessa situação, no sentido de  
568 amenizar a situação do empreendimento, e determinou que seja celebrado um  
569 convênio a fim de que a Copasa assuma a operação dos procedimentos  
570 relacionados à Mina Engenho D'Água, autorizando, inclusive, o envolvimento de  
571 demais órgãos e entidades da administração pública estadual, na medida em que  
572 for necessário, na celebração do convênio. Atualmente, já foi elaborada essa  
573 minuta de termo de cooperação técnica entre SEMAD, Copasa, Setop, Corpo de  
574 Bombeiros, PM, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e o município de Rio  
575 Acima. É isso que nós podemos passar para os senhores dando retorno dessa  
576 moção. Eu imagino que em um curto espaço de tempo nós consigamos dar uma  
577 solução mais eficaz.” Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “A minha  
578 pergunta é a seguinte. Vocês fizeram um plano de contingência ou revisaram o  
579 plano de contingência. Mas quem vai colocá-lo em prática? A Copasa? Na hora  
580 que precisar?” Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Não tem esse  
581 plano de contingência ainda. Na verdade, ainda vai ser elaborado, nos moldes do  
582 convênio. O que foi feito é uma tomada de preços, neste ano. Foi publicado o  
583 extrato em março de 2017, e foi homologada, no final de maio, a empresa  
584 vencedora, que vai fazer o projeto, o objeto da contratação. Está sendo feita pela  
585 Setop. É a consultoria técnica especializada para elaboração de relatório de  
586 investigação técnica das barragens da Mina de Engenho D'Água e projeto  
587 executivo para recuperação estrutural e preservação do meio ambiente sob  
588 impactos da antiga lavra do município de Rio Acima. Então o que foi feito é a  
589 contratação dessa empresa para fazer esse projeto para que, após a entrega  
590 desse projeto, ele seja executado pela Copasa nos moldes do convênio.”  
591 Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Então nós estamos falando de duas  
592 coisas. Nós estamos falando de um projeto executivo para reabilitação do que  
593 está lá, investigação, diagnóstico e ações, que vai ser conduzido pela Copasa,  
594 que vai executar o que estiver sendo determinado no relatório. E o outro seria o  
595 plano de contingência. E o plano de contingência? Quem vai colocá-lo em ação  
596 se precisar?” Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Pelo menos nas

597 discussões de que eu participei, estaria contemplado dentro desse convênio.  
598 Existem outros atores, não só a Copasa. Tem Defesa Civil, tem município e muita  
599 gente envolvida.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu só queria fazer  
600 algumas informações complementares. Esse termo de cooperação ainda está  
601 sendo elaborado, ainda não está definido, inclusive, as responsabilidades ainda  
602 vão ser discutidas. Como foi colocado pela Karine, nós temos, objetivamente,  
603 hoje, com relação à mineração Mundo. Primeiro, a Copasa tem feito  
604 monitoramento da qualidade de água tanto dos efluentes próximos à barragem  
605 como o monitoramento dos piezômetros existentes da barragem. O  
606 monitoramento é mensal. No início do ano de 2016, foi feita pela Copasa uma  
607 ação emergencial, aprovada pela SEMAD, de forma a fazer uma drenagem  
608 emergencial do maciço. Isso ocorreu. Foi uma intervenção de emergência, e não  
609 é a intervenção necessária para o maciço. Nós temos acompanhado, realmente,  
610 juntos, com todos os órgãos envolvidos do Estado, e feito as vistorias. E também,  
611 através do próprio convênio que a Copasa tem junto à Polícia Militar, é estipulada  
612 uma vigilância. A área ainda está aberta, não tem uma vigilância fixa dentro da  
613 mineração, mas a Polícia Militar, através desse convênio com a Copasa, que  
614 repassa esse recurso, faz essa vistoria diária da mineração. Mas realmente esse  
615 processo ainda está em andamento. Esse projeto tem que ser elaborado, e eu  
616 não sei se dentro do plano de contingência – eu não estou acompanhando  
617 detalhadamente –, mas também, obviamente, tem todos aqueles estudos de dam  
618 break, o que normalmente é obrigatório para esses maciços de barragens.”  
619 Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Eu não sei de todos os detalhes  
620 do projeto. É uma questão mais de investigação. Eu não sei de todos os detalhes  
621 do edital, mas, a princípio, pelo que acompanhei, esse plano de contingência  
622 estaria contemplado no convênio com os demais atores. Não seria competência  
623 da Copasa, mas dos demais atores envolvidos.” Conselheira Maria Teresa Viana  
624 de Freitas Corujo: “O Fonasc, na URC do Velhas, no ano passado, fez o pedido  
625 dessa moção. Nós vimos acompanhando a questão da Mundo quase desde  
626 2010. Na época, tinha tido encaminhamento por parte do CBH Velhas, já  
627 preocupado com a questão da Mundo a menos de 2.000 metros do leito do  
628 Velhas, antes da captação de Bela Fama. Quando solicitamos essa moção, foi  
629 porque foi uma época inesperada de chuvas em uma semana. O problema dessa  
630 barragem é que ela não tem efeito de borda, então não se fala de ruptura. E isso  
631 é de conhecimento da FEAM desde 2014. Então é um assunto com que nós já  
632 estamos há três anos. É muito grave. Inclusive, quando houve a Expedição Rio  
633 das Velhas, te quero vivo, o Polignano e algumas pessoas foram lá. E está,  
634 realmente, totalmente aberto. E são barragens de rejeito com produtos, que é a  
635 mineração de ouro a céu aberto. Então é um assunto realmente urgente, e nós  
636 esperamos que haja uma solução definitiva, para não sermos surpreendidos com  
637 o extravasamento desse material, por exemplo, se nas próximas chuvas cair uma  
638 tromba d’água, precisamente, naquela região. Muita quantidade de chuva no  
639 mesmo lugar é uma coisa muito comum acontecer no Alto Rio das Velhas. E

640 como fica a uns 8 km de Bela Fama é um caso realmente em que reitero a  
641 importância de providências e que se concretizem.” Conselheiro Eduardo  
642 Machado de Faria Tavares: “São duas perguntas. A primeira. Eu não conheço a  
643 tecnologia nem a metodologia que eles utilizaram lá para tratar do ouro, mas eu  
644 sei que várias substâncias que se utilizam perdem seu efeito por evaporação ou  
645 contato com o sol, radiações do sol, vai perdendo. Então fica a pergunta. Foi feito  
646 algum tipo de análise prévia, antes desse projeto, de diagnóstico da situação  
647 desse líquido que está dentro da barragem? A Copasa eu sei que tem condições  
648 de fazer, eu não sei se foi feito. E a segunda: de quem é a posse dessa terra  
649 hoje? Dos próprios donos, que abandonaram tudo? Abandonaram a concessão e  
650 a terra ou havia uma concessão de alguém para esse tratamento?” Conselheira  
651 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “A informação é de que, na ocasião, como  
652 a empresa tinha recurso vindo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais,  
653 na realidade, essa área é do Estado. É do BDMG. Eu não sei como isso está  
654 sendo tratado em nível de posse da área, mas está envolvendo uma questão com  
655 o BDMG também.” Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Da área em  
656 si, quem é o proprietário eu não sei. Nós sabemos que existe uma ação contra o  
657 Estado, e tudo que temos feito é justamente em função dessa ação.” Fernanda  
658 Andrade Malafaia, da Subsecretaria de Regularização Ambiental/SEMAD: “Só  
659 para complementar, tem uma ação civil pública movida pelo Ministério Público  
660 contra o Estado. Nós fomos condenados. O Estado precisa de uma solução  
661 definitiva na área. Mas, antes mesmo dessa ação movida pelo Ministério Público,  
662 o próprio Estado ajuizou uma ação contra o empreendimento. Em relação à área,  
663 de quem é a posse, eu não tenho essa informação, mas hoje é importante falar  
664 que nós temos essa responsabilidade para solucionar a questão.” Conselheiro  
665 Edson de Oliveira Vieira: “Me parece que o primeiro questionamento que o  
666 conselheiro Eduardo fez não foi respondido, com relação à qualidade da água.”  
667 Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Lá atrás, em 2014, quando a  
668 FEAM verificou o abandono da área, nós fomos atrás do responsável. É uma  
669 empresa australiana, eles já tinham ido embora. Uma pessoa que tinha 1% das  
670 ações, nós corremos atrás dela. Enfim, o que nós podíamos fazer naquele  
671 momento nós fizemos. Nós solicitamos a caracterização do efluente, do resíduo.  
672 É resíduo perigoso. Mas, após esse momento, passado 2014, nós perdemos o  
673 contato. Foi quando nós decidimos mandar um relatório técnico para o Ministério  
674 Público em função dessa situação. Nós não víamos mais como,  
675 administrativamente, resolver essa situação. Nós mesmos, FEAM, mandamos  
676 esse relatório para o Ministério Público, e o Ministério Público resolveu, depois,  
677 entrar com ação contra o Estado. Depois disso, nós não tivemos mais condições  
678 de fazer nenhum tipo de análise, e tudo está contemplado, hoje, dentro desse  
679 projeto que eu comentei que foi contratado. Agora, a Copasa, pelo visto, faz as  
680 análises.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu não sei a data, mas a  
681 Copasa entrou nesse processo eu acho que em 2015, na primeira vistoria, até  
682 preocupada mesmo com toda essa questão da proximidade da barragem ao



683 sistema Rio das Velhas. Naquela vistoria, a Copasa já foi solicitada a realizar as  
684 análises do efluente da mineração. Daí então que começou a surgir todo esse  
685 movimento. E agora, já recentemente, nós estamos fazendo o monitoramento lá  
686 na mineração, mensal. Com relação ao Eduardo, dizendo da parte da Copasa,  
687 nós temos o controle da qualidade de água no ponto de captação do rio das  
688 Velhas. Isso é acompanhado, nós já temos uma rotina de análise, e desse,  
689 realmente, nós temos todo o histórico de dados.” Conselheiro Wilson Akira  
690 Shimizu: “É claro, nós temos essa preocupação quanto à segurança da  
691 barragem, à possibilidade de contaminação de fontes de abastecimento, mas  
692 existe uma preocupação não menos importante também: quem vai pagar essa  
693 conta? Quer dizer: nós já estamos pagando. Os projetos já estão sendo feitos, já  
694 têm créditos orçamentários sendo direcionados para lá. A empresa vem, explora,  
695 fecha, vai embora, leva o ouro, e nós ficamos aqui com a conta, com o passivo.”  
696 Presidente Jairo José Isaac: “Lamentavelmente, nós temos que responder isso.  
697 Alguns anos já decorreram. O Estado, agora, dada a gravidade, é que resolveu  
698 tomar a situação, mas não tem nenhuma identificação sobre os investidores, que  
699 desapareceram. Dizem que estão na África do Sul. Mas não tem Interpol, não  
700 tem um órgão da polícia brasileira que poderia fazer a localização deles? Eles  
701 estão em algum lugar. Então por que não identificar? O Estado é que está  
702 pagando a conta.” **8) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem  
703 tratados, a presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou  
704 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**  
**Presidente suplente do Plenário do CERH**